

Governança pública nas Instituições Federais de Ensino Superior: uma análise bibliométrica

Camila Maria Barbosa dos Santos
Mestranda em Administração
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG
camilamariabarbosadossantos@gmail.com

Lívia Maria de Pádua Ribeiro
Doutora em Administração
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG
livia.padua2014@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta uma análise bibliométrica sobre a produção científica relacionada à governança pública em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Utilizando publicações indexadas na Base de Dados e Periódicos CAPES entre os anos de 2014 e 2024, investigou-se o cenário de publicações que abordam práticas e mecanismos de governança pública. Trata-se de uma pesquisa bibliométrica e a análise de dados foi feita de forma descritiva. Os resultados mostram um aumento significativo no número de estudos publicados a partir de 2019, destacando a crescente relevância do tema de governança na administração pública. Observou-se também que, apesar dos avanços institucionais e normativos em direção a uma governança mais estruturada, a implementação efetiva de boas práticas de governança nas IFES ainda enfrenta desafios significativos. Entre os principais obstáculos, destacam-se as limitações nos mecanismos de transparência e nas práticas de accountability e a insuficiência ou ineficácia dos sistemas de controle interno. Os resultados da pesquisa reforçam a necessidade de aprofundar investigações sistemáticas que explorem os impactos da governança pública na eficiência das IFES, tanto no âmbito administrativo quanto acadêmico.

Palavras-Chave: Governança pública; Instituições Federais de Ensino Superior; Análise bibliométrica; Administração Pública.

1. Introdução

Com as transformações decorrentes da complexidade e dinamismo da sociedade contemporânea, a governança pública tornou-se um elemento necessário para a eficiência administrativa e a criação de valor público. Em um cenário de crescentes demandas sociais por transparência, participação cidadã e eficiência, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) enfrentam desafios significativos para alinhar seus processos administrativos aos princípios de boa governança. Esses princípios, como transparência, prestação de contas, integridade e equidade, não são apenas expectativas da sociedade, mas também condições fundamentais para a sustentabilidade das instituições públicas em contextos cada vez mais exigentes (STOKER, 1998).

A governança pública, segundo o Tribunal de Contas da União (2014), pode ser entendida como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle implementados para avaliar, direcionar e monitorar a gestão pública. No contexto das IFES, a adoção de práticas de governança tem sido associada ao fortalecimento da qualidade dos serviços prestados, à eficiência no uso de recursos públicos e à promoção de *accountability*. Contudo, a implementação de boas práticas de governança enfrenta barreiras significativas, como a burocratização, a centralização dos processos decisórios e a dificuldade em criar indicadores claros de desempenho institucional (STOKER, 1998).

Apesar do aumento das demandas por transparência e *accountability* nas IFES, a literatura acadêmica ainda apresenta lacunas significativas sobre como a governança pública pode ser aplicada de forma eficiente nesse contexto, evidenciando a necessidade de um mapeamento sistemático do conhecimento existente. Considerando essa lacuna, o estudo buscará responder a seguinte questão: qual é o cenário da produção científica sobre governança pública nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, e como essa literatura reflete os avanços, desafios e oportunidades associados à implementação de boas práticas de governança?

Diante desse cenário, este estudo se propõe a analisar a produção científica sobre governança pública nas IFES no Brasil, com base em uma análise bibliométrica de artigos publicados entre 2014 e 2024. A análise busca identificar os avanços, desafios e oportunidades relacionados à adoção de práticas de governança pública, contribuindo para o fortalecimento das instituições e para o atendimento das demandas sociais.

2. Fundamentação teórica

A governança pública, enquanto conceito emergente na administração pública, representa a evolução dos modelos tradicionais de gestão, destacando-se pela ênfase na transparência, *accountability* e na participação social. Distinguindo-se da abordagem burocrática, a governança pública integra a coordenação de diversos atores, como governo, sociedade civil e setor privado, para enfrentar os desafios crescentes de um mundo globalizado. A adaptação da administração pública às novas demandas sociais e econômicas é central para a consolidação desse modelo, que busca eficiência, descentralização e resultados que atendam ao interesse coletivo (RHODES, 1996; BEVIR, 2013).

No Brasil, as reformas administrativas da década de 1990, lideradas por Bresser-Pereira, foram um marco na transição para uma administração pública gerencial, pautada por eficiência e orientação para resultados. Este movimento culminou na introdução de práticas de

governança, estabelecendo um ambiente onde liderança, estratégia e controle se tornaram elementos fundamentais para garantir decisões mais informadas e alinhadas às demandas da sociedade (BRESSER-PEREIRA, 1996).

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) destacam-se como campo fértil para a aplicação da governança pública, dada sua relevância estratégica na formação de capital humano e na produção de conhecimento. Nelas, os mecanismos de governança – liderança, estratégia e controle – têm o potencial de alinhar os processos decisórios aos padrões de transparência e eficiência exigidos por órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU). Esses mecanismos, ao serem implementados, promovem a criação de estruturas organizacionais mais robustas e capazes de responder aos desafios contemporâneos (IBGC, 2023).

A governança pública enfatiza práticas orientadas para a transparência, *accountability* e participação cidadã, promovendo uma gestão mais alinhada às demandas sociais e aos objetivos institucionais. A sua implementação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é estratégica, dado o papel dessas instituições na formação de capital humano, na produção de conhecimento e na prestação de serviços à sociedade (RHODES, 1996; BEVIR, 2013). Para sustentar e operacionalizar a governança pública nas IFES, teorias como a Teoria da Agência, a Teoria Institucional e a Teoria da Legitimidade desempenham um papel essencial ao fornecerem fundamentos conceituais robustos para a criação de estruturas e práticas organizacionais mais eficazes e legítimas (JENSEN; MECKLING, 1976; DIMAGGIO; POWELL, 1983; SUCHMAN, 1995).

A Teoria da Agência aborda as relações entre os principais (no caso das IFES, a sociedade, representada pelos cidadãos e órgãos de controle) e os agentes (gestores e líderes institucionais). Essa teoria, desenvolvida por Jensen e Meckling (1976), postula que os interesses dos agentes nem sempre estão alinhados com os dos principais, gerando o chamado "problema de agência". Esse problema é ampliado no setor público devido à complexidade das estruturas organizacionais e às responsabilidades difusas entre os diversos níveis de gestão. Nas IFES, a implementação de mecanismos de controle, como auditorias internas, prestação de contas e relatórios de gestão, torna-se necessário para mitigar esses conflitos e garantir que as decisões e ações dos gestores estejam orientadas para o interesse coletivo. A governança, nesse sentido, atua como um mediador, promovendo maior alinhamento entre os interesses institucionais e os objetivos sociais (JENSEN; MECKLING, 1976).

Já a Teoria Institucional destaca a importância da conformidade com normas, regras e padrões como forma de garantir legitimidade e sustentabilidade organizacional. Conforme argumentam DiMaggio e Powell (1983), as organizações são pressionadas a adotar práticas que reflitam valores e expectativas amplamente aceitos na sociedade, o que também acontece no contexto das IFES. Estas instituições operam em um ambiente fortemente regulado, onde o cumprimento de diretrizes estabelecidas por órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério da Educação (MEC) é indispensável para assegurar sua legitimidade. Além disso, a Teoria enfatiza o papel do isomorfismo institucional – seja ele coercitivo, normativo ou mimético – no processo de adoção de práticas de governança, promovendo uma maior uniformidade e padronização entre as IFES. Esse alinhamento institucional fortalece a confiança pública e reforça a posição das IFES como atores legítimos no cenário educacional e social (DIMAGGIO; POWELL, 1983)

A Teoria da Legitimidade, por sua vez, complementa a abordagem institucional ao explorar como as organizações constroem e mantêm sua aceitação social. Segundo Suchman

(1995), a legitimidade organizacional garante que as ações das instituições sejam percebidas como adequadas, justas e em conformidade com as normas sociais. Nas IFES, a legitimidade está intrinsecamente ligada à sua capacidade de demonstrar transparência, eficiência e compromisso com o interesse público. Práticas de governança, como a divulgação clara de informações, a inclusão de múltiplos *stakeholders* nos processos decisórios e a adoção de mecanismos de participação social, são estratégias fundamentais para consolidar a legitimidade dessas instituições. Além disso, a legitimidade influencia diretamente a captação de recursos e a capacidade das IFES de estabelecer parcerias e redes de colaboração, aspectos críticos para sua sustentabilidade e expansão.

A interação entre essas três teorias proporciona um arcabouço teórico para a implementação da governança pública nas IFES. Dessa forma, a governança pública nas IFES emerge como uma resposta integrada às demandas contemporâneas por uma administração pública mais eficiente, ética e orientada para resultados. Ao utilizar os fundamentos teóricos supracitados, as IFES podem não apenas melhorar seus processos internos, mas também fortalecer sua legitimidade perante a sociedade, garantindo a entrega de valor público e a construção de instituições mais robustas e resilientes. A aplicação dessas teorias no contexto das IFES é, portanto, não apenas desejável, mas indispensável para o avanço de uma governança pública moderna e transformadora.

Neste contexto, a seguir serão apresentados o método utilizado, a análise dos resultados obtidos e as considerações finais acerca da governança pública no âmbito da administração pública, com ênfase em suas aplicações nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

3. Método de pesquisa

O presente estudo adotou uma abordagem bibliométrica para analisar a produção científica sobre governança pública no contexto da administração pública, com foco particular nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A metodologia bibliométrica permite a avaliação de padrões e tendências na literatura acadêmica, identificando contribuições relevantes, lacunas de pesquisa e áreas de maior concentração temática.

A pesquisa foi realizada na Base de Dados e Periódicos CAPES, reconhecida por sua abrangência e relevância no acesso a publicações científicas. A coleta de dados ocorreu em outubro de 2024, empregando os descritores “governança pública” e “administração pública” para identificar os artigos de interesse. Para delimitar o escopo temporal, foram considerados estudos publicados entre 2014 e 2024, garantindo uma análise atualizada das contribuições científicas na última década.

Após a recuperação dos dados, foi realizado um processo de refinamento, que incluiu a exclusão de artigos duplicados e aqueles com problemas de acesso, resultando em um composto final de 56 publicações. Esse procedimento assegurou a qualidade e a representatividade dos dados utilizados na análise.

A investigação foi estruturada em torno de quatro etapas principais:

- Evolução temporal das publicações: identificação do número de artigos publicados por ano, buscando compreender o crescimento e a distribuição ao longo do período analisado.

- Classificação dos periódicos: mapeamento dos periódicos acadêmicos em que os artigos foram publicados, com ênfase na identificação dos mais frequentes, indicando os principais veículos de disseminação científica do tema.
- Palavras-chave: análise das palavras-chave mais recorrentes nos artigos, destacando os conceitos e temas centrais abordados na literatura.
- Metodologias empregadas: Avaliação dos métodos de pesquisa adotados nos estudos, identificando tendências e padrões que possam orientar futuras investigações.

Os dados coletados foram organizados e analisados com o auxílio de ferramentas computacionais que permitiram a tabulação e visualização gráfica dos resultados. As análises buscaram não apenas descrever as características da produção científica, mas também interpretar as implicações dos padrões encontrados para o avanço do campo de governança pública.

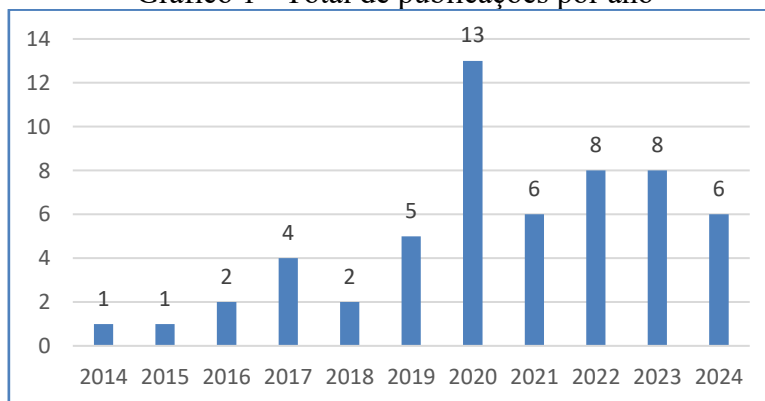
Essa metodologia, ao combinar rigor técnico e enfoque analítico, proporcionou uma visão abrangente sobre a literatura existente, contribuindo para o entendimento das dinâmicas de pesquisa no tema de governança pública, com especial atenção ao papel das IFES nesse contexto. A seguir, são apresentados os principais resultados obtidos e sua discussão à luz do referencial teórico.

4. Resultados

Para verificar as pesquisas sobre Governança Pública nas IFES na categoria de artigos científicos utilizou-se a Base de Dados e Periódicos CAPES, que é uma das principais ferramentas de acesso às literaturas acadêmicas e científicas no Brasil. Foi realizada uma busca por artigos científicos que abordassem o tema de Governança Pública nas IFES.

Os dados foram coletados em outubro de 2024. A primeira busca sobre o tema "Governança pública" resultou em 343 resultados. Em seguida, uma busca mais específica, combinando "Governança pública" e "Administração Pública", reduziu esse número para 105. Optou-se por analisar somente as publicações nacionais realizadas nos últimos 10 anos, ou seja, entre 2014 e 2024. Após análise, foram excluídos pesquisa em duplicidade e com erros de acesso, o que totalizou 56 artigos.

Gráfico 1 - Total de publicações por ano



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados pesquisados

Observou-se um crescimento significativo no número de publicações, especialmente a partir de 2019. Em 2020, houve um pico expressivo de 13 publicações, sendo o ano com maior concentração de estudos sobre o tema. Nos anos seguintes, 2021 registrou 6 publicações, enquanto 2022 e 2023 tiveram 8 publicações cada. O ano de 2024 também apresentou uma produção considerável, com 6 publicações. Anos anteriores, como 2014 e 2015, tiveram apenas 1 publicação cada, sugerindo que o tema de governança pública ganhou mais atenção nos últimos anos, refletindo um aumento de interesse e relevância no campo acadêmico e na administração pública.

O levantamento também identificou uma variedade de periódicos acadêmicos que abordam o tema da governança pública na administração pública. Esses periódicos, provenientes de diferentes áreas do conhecimento, como administração, contabilidade e políticas públicas, refletem a amplitude e a relevância do tema no cenário acadêmico brasileiro. A Revista do Serviço Público (A4) é o periódico com o maior número de publicações, totalizando 7. Em seguida, temos a Administração Pública e Gestão Social (A3) com 5 publicações. Outros periódicos, como o *Brazilian Journal of Development* (C) e a Revista de Administração Pública (A2), apresentaram 3 publicações cada um. Os demais periódicos contribuem com duas ou uma única publicação. No total, 56 publicações foram distribuídas entre esses periódicos, destacando a diversidade de fontes que abordam o tema de governança pública e administração.

Quadro 1 – Lista de periódicos e total de publicações

Periódicos	Total de publicações
Revista Do Serviço Público	7
Administração Pública e Gestão Social	5
<i>Brazilian Journal of Development</i>	3
Revista de Administração Pública	3
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	2
Práticas De Administração Pública	2
Revista De Direito Administrativo E Gestão Pública	2
Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação	2
Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins	2
Cadernos EBAPE BR	1
Ambiente: Gestão e Desenvolvimento	1
<i>Brazilian Business Review</i>	1
<i>Brazilian Journal of Business</i>	1
<i>Brazilian Journal of International Relations</i>	1
Iniciação Científica Cesumar	1
Interações: Sociedade E As Novas Modernidades	1
<i>Peer Review</i>	1
Profanações	1
<i>Research, Society and Development</i>	1
Revista Ambiente Contábil	1
Revista Brasileira de Administração Científica	1

Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento	1
Revista Cadernos de Economia	1
Revista Catarinense da Ciência Contábil	1
Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo	1
Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central	1
Revista de Ciências do Estado	1
Revista De Direito, Economia E Desenvolvimento Sustentável	1
Revista De Economia, Empresas E Empreendedores Na CPLP	1
Revista de Gestão e Secretariado	1
Revista Direito UFMS	1
Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional	1
Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília	1
Revista Gestão E Conhecimento	1
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	1
Revista Políticas Públicas & Cidades	1
Revista Turismo em Análise	1
Total Geral	56

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados pesquisados

Outro ponto analisado nos trabalhos selecionados foi a recorrência de palavras-chave contidas nos resumos dos artigos científicos. As palavras mais destacadas incluem "governança pública", "administração pública", "gestão pública", "controle", "governança corporativa", "políticas públicas", "transparência", "controle externo", "controle social", entre outras.



Figura 1 – Nuvem de palavras sobre o tema Governança Pública

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados pesquisados.

Na análise dos trabalhos, notou-se que grande parte dos estudos se concentraram em analisar como os princípios da governança pública têm sido aplicados, especialmente em relação ao uso de recursos públicos e à prestação de contas. Muitos desses trabalhos ainda são de natureza exploratória, focando na descrição de práticas institucionais específicas. Nos artigos analisados, há poucos que tratam diretamente da governança pública nas IFES, apenas 6 (seis) deles, sendo mais comum a abordagem da governança no contexto geral da administração pública.

Na análise específica dos trabalhos que tratam sobre governança pública nas IFES observou-se que eles apresentam, como ponto em comum, foco na implementação e nos desafios da governança pública dentro das IFES, explorando mecanismos de controle, gestão de processos, transparência e *accountability*. A principal convergência entre os estudos é a busca por práticas de governança que alinhem as atividades dessas instituições com os princípios de eficiência, transparência e responsabilidade exigidos por órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a *International Federation of Accountants* (IFAC).

Os desafios mencionados incluem a adaptação dos processos internos para atender a padrões elevados de controle e a necessidade de criar indicadores claros para medir o desempenho institucional. A diversidade de metodologias, como estudo de caso, análise documental e *survey*, aponta para a complexidade da governança nas IFES, que exige adaptações em diferentes aspectos operacionais e gerenciais. Esses trabalhos são fundamentais para futuras pesquisas, pois identificam pontos de melhoria e áreas que necessitam de maior atenção, como a integração dos controles internos com padrões internacionais e a revisão contínua das práticas de governança.

Quadro 2 – Artigos científicos sobre o tema de Governança Pública nas IFES

Periódico	Título	Autor(es)	Objetivo	Metodologia	Resultados
Revista do Serviço Público	Alinhamento da Gestão de Processos com o Modelo de Governança do TCU	Alan Carlos Pereira da Costa et al.	Identificar a relação entre gestão de processos e governança pública no âmbito da Unifap	Qualitativa Descritiva e exploratória Estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas	Processos gerenciais alinhados à governança aumentam transparência e <i>accountability</i>
Revista Ambiente Contábil	Contribuições do Controle Interno para a Governança Pública	Josaias Santana dos Santos, Andrea de Oliveira Gonçalves	Analisar a percepção dos auditores sobre o impacto do controle interno na governança	Quantitativa, Questionário estruturado (<i>Survey</i>) com análise fatorial	Controle interno contribui para transparência e <i>accountability</i>
Revista Práticas de Administração Pública	Controle Patrimonial de Bens Imóveis com Base nas Dimensões de Governança Pública da IFAC	Ana Paula da Costa Mayer et al.	Analisar o controle de bens imóveis na UFSM com base nas diretrizes da IFAC	Qualitativa Descritiva Estudo de caso com entrevistas	IFES implementa boas práticas de governança, mas requer melhorias em controles internos

Revista Desafios – Dossiê Temático	Práticas e Desafios na Governança da UFPA	Arleson Eduardo Monte Palma Lopes	Analisar as práticas e desafios no processo de governança na UFPA	Qualitativa, Descritiva e exploratória Pesquisa documental com análise de conteúdo	UFPA adota governança digital e indicadores estratégicos para melhorar a gestão institucional
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	A Governança nas Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras	Deusdete Junior Santos, Kelcia Rezende Souza	Avaliar os parâmetros de governança nas universidades federais e seu desempenho segundo o TCU	Pesquisa quantitativa, bibliográfica e documental	Avaliação de governança nas IFES é insatisfatória, exigindo maior adesão aos padrões do TCU
Revista do Serviço Público	Análise da Alienação de Bens Móveis no IFPB	Camila Martins de Freitas et al.	Analisar a aderência do processo de alienação de bens móveis às práticas de governança pública elencadas pela IFAC	Qualitativa, Estudo de caso com triangulação de dados: fontes bibliográficas, documentais e da observação direta	IFPB cumpre parcialmente as recomendações de governança, especialmente em controle e relatórios

Fonte: Elaborado pela autora com base na literatura pesquisada

O artigo que investigou a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) destacou o impacto positivo do uso da gestão de processos alinhados aos mecanismos de governança pública do Tribunal de Contas da União (TCU). A implementação da metodologia *Business Process Management Notation* (BPMN) permitiu maior transparência, melhor definição de competências e identificação de falhas, contribuindo para a eficácia das dimensões de liderança, estratégia e controle. Esse alinhamento mostrou-se essencial para fortalecer práticas de governança em um contexto institucional desafiador.

Outro estudo analisou a percepção de auditores internos sobre a contribuição do controle interno para a governança pública. A pesquisa revelou que fatores como planejamento de auditoria baseado em riscos, transparência e *accountability* foram considerados os mais relevantes. Além disso, destacou-se a aderência às normas internacionais de auditoria como uma prática indispensável para a evolução da governança nas IFES. Entretanto, foi evidenciada uma participação ainda limitada da sociedade nas decisões institucionais, indicando a necessidade de maior abertura e inclusão nos processos decisórios. Já a análise realizada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) focou no controle patrimonial de bens imóveis, utilizando as dimensões de governança pública propostas pela *International Federation of Accountants* (IFAC). O estudo apontou boas práticas que promoveram transparência e *accountability*, mas também identificou lacunas na padronização de normas e procedimentos, sugerindo a necessidade de reestruturação para aprimorar o controle patrimonial.

Na Universidade Federal do Pará (UFPA), a pesquisa abordou práticas e desafios relacionados à governança, evidenciando esforços como a criação de planos de integridade e governança digital, além da revisão de indicadores e metas estratégicas. Apesar dos avanços, o estudo identificou dificuldades significativas em alinhar os objetivos institucionais às demandas sociais, ressaltando a importância de avaliações periódicas e revisões contínuas para aprimorar

a governança. Por sua vez, um estudo mais abrangente analisou as universidades federais brasileiras no contexto das avaliações de governança realizadas pelo TCU. Os resultados indicaram que, embora as IFES tenham feito avanços importantes, ainda enfrentam desempenho insatisfatório em aspectos como transparência e gestão de riscos. O estudo reforçou a necessidade de monitoramento e adaptação contínuos às exigências normativas e sociais.

Por fim, um artigo focado no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) avaliou a aderência das práticas de alienação de bens móveis às recomendações da IFAC. A pesquisa revelou conformidade parcial, destacando a necessidade de melhorias nas dimensões de controle e relatórios externos. Apesar de atender parcialmente às exigências, o estudo apontou a relevância de alinhar as práticas institucionais aos padrões internacionais de governança, visando maior eficiência e transparência nos processos administrativos.

Esses seis estudos, embora distintos em abordagem e foco, compartilham semelhanças importantes, como a ênfase em transparência, *accountability* e alinhamento com padrões normativos, além de apontarem a integração entre mecanismos de governança como um fator essencial para o fortalecimento das IFES. Por outro lado, os desafios enfrentados, como a falta de padronização, lacunas em controle patrimonial e baixa participação social, variam conforme o contexto institucional analisado, evidenciando que a governança pública nas IFES é um campo ainda em construção, com avanços consideráveis, mas também com significativas oportunidades de melhoria.

Estes estudos evidenciam que a governança nas IFES é fundamental para assegurar maior controle, transparência e prestação de contas. Contudo, identificam também as barreiras enfrentadas para atingir padrões de governança elevados. Embora as discussões sobre governança nas IFES estejam em crescimento, a literatura aponta que as dificuldades associadas à burocratização, à centralização decisória e à escassez de mecanismos de participação efetiva ainda são barreiras para o avanço desse campo de estudo. Consequentemente, há uma necessidade clara de mais pesquisas que explorem de forma sistemática e aprofundada a relação entre governança pública e o desempenho das IFES.

Dessa forma, o campo de estudo sobre governança pública nas IFES ainda tem muito a se desenvolver, com oportunidades para pesquisas futuras que explorem de maneira mais abrangente as melhores práticas, os desafios e as inovações no âmbito da gestão e da governança pública.

5. Conclusões

Este estudo analisou a produção científica sobre governança pública no contexto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), utilizando uma abordagem bibliométrica para mapear tendências, avanços e lacunas na literatura publicada entre 2014 e 2024. A pesquisa revelou um aumento expressivo no interesse acadêmico pelo tema, especialmente a partir de 2019, refletindo a crescente relevância da governança pública na administração pública brasileira.

Os resultados demonstraram que, embora as IFES tenham avançado na adoção de práticas de governança, desafios significativos permanecem. Dentre eles, destacam-se a necessidade de maior integração entre os mecanismos de controle interno, a adaptação aos

padrões internacionais de governança e a criação de indicadores claros para medir o desempenho institucional. Além disso, a análise revelou uma concentração de estudos exploratórios e descritivos.

No campo específico das IFES, a governança pública mostrou-se uma ferramenta essencial para a promoção de transparência, *accountability* e eficiência administrativa. Entretanto, as barreiras institucionais, como a burocratização e a centralização decisória, continuam dificultando a implementação efetiva de boas práticas. Os estudos analisados destacaram ainda a importância de alinhar as práticas de governança às exigências de órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a *International Federation of Accountants* (IFAC), de forma a fortalecer a legitimidade e a confiança pública nas instituições.

Este trabalho reforça a importância de promover a governança pública como um meio de melhorar a eficiência, a transparência e a prestação de contas nas IFES. A adoção de boas práticas de governança não apenas fortalece a administração dessas instituições, mas também contribui para a geração de valor público e o atendimento das demandas sociais por serviços de qualidade. Assim, este estudo serve como um ponto de partida para debates e iniciativas que busquem o fortalecimento da governança pública no contexto educacional brasileiro, incentivando a continuidade de investigações e o aprimoramento das práticas institucionais.

Referências

- BEVIR, M. **A Theory of Governance**. Berkeley: University of California Press, 2013.
- BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. **Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1996.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Da administração pública burocrática à gerencial**. Revista do Serviço Público, v. 47, n. 1, p. 07 - 40, 1996. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.
- DIMAGGIO, Paul; POWELL, Walter W. **The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields**. *American Sociological Review*, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.
- IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa - CMPGC**. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023.
- JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. **Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs, and ownership structure**. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.
- RHODES, R. A. W. **The New Governance: Governing without Government**. *Political Studies*, v. 44, n. 4, p. 652-667, 1996.
- STOKER, G. **Governance as theory: five propositions**. *International Social Science Journal*, v. 50, p. 17-28, 1998.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Brasília: TCU, 2014.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Referencial Básico de Governança**. 3ª ed. Brasília: TCU, 2020.